



*Q1*  
*Q2*

**Reunião Ordinária** – Acta nº 17/2011

**Data** – 2011-07-11

**Início** – 14.30 horas

**Local** – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

**Termo** – 16.05 horas

**Presenças:**

**Presidente** Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

**Vereadores** Rui Miguel dos Santos Serrano  
Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis  
António Manuel de Santana Maia Leonardo  
António Manuel Belém e Ferreira Coelho  
Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês

**Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização** – Catarina Alexandra Justino Santos

**Falta justificada:** não esteve presente a Vereadora Celeste Maria Ferreira Riachos Simão por se encontrar em serviço oficial no estrangeiro.



Resumo Diário da Tesouraria de 08-07-2011:

a) Dotações Orçamentais..... €2.828.911,99  
b) Dotações não Orçamentais..... €210.244,29

Total das Disponibilidades ..... €3.039.156,28



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos, dando início ao período de intervenção aberto ao público.



**PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**

(Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, Artigo 84º nº 7, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro)

Esteve presente o munícipe Artur Nogueira Lalandia, residente na Rua Nova, em Abrantes, que apresentou uma exposição relativamente à ponte na Ribeira da Abranches, fazendo algumas

referências à actuação da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados, no que toca a esta matéria. Fez também a entrega de um documento relativo a estas questões, que se anexa à presente acta.

A Presidente da Câmara disse que, face à gravidade e ao tom das acusações proferidas pelo munícipe, nomeadamente à sua pessoa, sob as quais obviamente não se revê, o assunto seria remetido para os serviços jurídicos da autarquia, para análise.

□□□

A Presidente da Câmara deu por encerrado o período de intervenção aberto ao público, tendo-se passado ao ponto seguinte.

Foi aprovada, por unanimidade, a parte da acta relativa às intervenções do público e do executivo, da reunião anterior, com excepção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

□□□

### **INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA**

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro)

#### **PRESIDENTE DA CÂMARA**

A Presidente da Câmara deu conta que se encontrará de férias desde o dia 12 ao dia 29 de Julho de 2011.

□□

Em seguida referiu que a Vereadora Celeste Simão se deslocou ao Município de Ribeira Brava (Cabo Verde) geminado com o Município de Abrantes, com um representante da Associação de Geminação de Abrantes para resolução de algumas questões em matéria de educação e do projecto Padrinh'.

□□

Referiu ainda que, desde a passada sexta-feira e até ao dia 17 de Julho, o Município de Abrantes, em parceria com a TAGUS – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, está representado no Festival Sabores do Mar, em Peniche, com um stand promocional, tendo em vista a promoção de produtos locais, particularmente do azeite.

**Nº 35** - A Presidente da Câmara apresentou a Informação Nº 107/OD/2011, da Divisão de Cultura e Turismo, datada de 24 de Junho de 2011, que remete para aprovação, a proposta de atribuição de apoio a eventos de índole cultural para o 2º semestre de 2011 no âmbito do Fincult Linha 2, no valor total de 7.662,50€ (sete mil seiscentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos). - 30412

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição de apoio a eventos de índole cultural para o 2º semestre de 2011 no âmbito do Fincult Linha 2, no valor total de 7.662,50€ (sete mil seiscentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos, conforme mapa anexo à referida Informação Nº 107/OD/2011, da Divisão de Cultura e Turismo.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



**Nº 36** - Em seguida, apresentou um pedido da Rádio Tágide de dispensa do pagamento de taxas correspondentes ao licenciamento de recinto improvisado, ruído e actividade, para realização de uma actividade cultural no dia 9 de Julho de 2011. - 30566

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, no valor total de 33,49€ (trinta e três euros e quarenta e nove cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



**Nº 37** - Depois, apresentou uma informação do Gabinete de Apoio à Presidência alusiva ao pedido do Centro de Novas Oportunidades do Mação, para a cedência de instalações com isenção de taxas, sugerindo a cedência da Sala Formação do Quartel dos Bombeiros Municipais de Abrantes.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, autorizar a cedência com dispensa total do pagamento das respectivas taxas, no valor total de 864€€ (oitocentos e sessenta e quatro euros), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



**Nº 38** - Apresentou também uma Informação da Vereadora Celeste Simão, referindo que tendo em conta os vários projectos em desenvolvimento na Rede Social e havendo necessidade de renovar a nomeação de um técnico da autarquia, para integrar os mesmos, propõe que o Técnico Superior Jorge Miguel Rodrigues Claro, seja nomeado para os seguintes órgãos: - 30765

- Coordenador do Núcleo Executivo da Rede Social;
- Técnico do Município para integrar a equipa de análise e avaliação do Banco Social;
- Representante da Rede Social no grupo operativo da plataforma supraconcelhia do Médio Tejo.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, aprovar a nomeação do Técnico Superior Jorge Miguel Rodrigues Claro para os órgãos acima mencionados, de acordo com a referida proposta da Vereadora Celeste Simão.



**Nº 39** - Apresentou igualmente outra informação da Vereadora Celeste Simão, mencionando que para dar cumprimento ao disposto no nº 3 do artigo 14º do decreto-lei n.º 75/2008 de 22 de Abril, sugere que os representantes do município nos seguintes conselhos gerais, passem a ser: - 30763

Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Fernandes

- Celeste Simão – Vereadora da Educação
- Sónia Alves - 1ª Vogal da Junta de Freguesia de S. Vicente.
- Helena Martinho – Técnica Superior da Divisão da Educação

Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes

- Celeste Simão – Vereadora da Educação
- Manuel Jorge Valamatos – Vereador do Desporto e Juventude
- Helena Martinho – Técnica Superior da Divisão da Educação

*Al*

*Ant*

Escola Secundária Dr. Solano de Abreu

- Celeste Simão – Vereadora da Educação
- Sónia Alves - 1ª Vogal da Junta de Freguesia de S. Vicente.
- Helena Martinho – Técnica Superior da Divisão da Educação

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, aprovar os representantes do município nos referidos conselhos gerais, conforme sugerido pela Vereadora Celeste Simão.



**Nº 40** - A Presidente da Câmara deu conta de um pedido de Andreia Sofia Nobre Gonçalves e Jorge Manuel da Silva Rodrigues, a solicitar autorização para utilizarem o espaço público no Aquapólis – Margem Norte do Rio Tejo, em Abrantes, designadamente o parque das oliveiras, com a finalidade de celebrarem o seu casamento civil, no dia 30 de Julho de 2011, pelas 11,30 horas. – 30490

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, autorizar a pretensão, nos termos solicitados.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



**VEREADOR MANUEL JORGE VALAMATOS**

O Vereador Manuel Valamatos deu conta que a atleta Francisca Laia do Clube Desportivo "Os Patos" conquistou a medalha de bronze no Campeonato da Europa na semana anterior e que, no dia 10 de Julho se sagrou Campeã Nacional, em Montemor.

Além da Francisca, mais alguns atletas do mesmo clube desportivo subiram ao pódio, o que se traduz num bom momento para a canoagem do concelho de Abrantes, quer a nível nacional, quer internacional.

**Tomado conhecimento** e ao Gabinete de Apoio à Presidente para endereçar um voto de felicitações à atleta e ao clube desportivo que representa, por mais estas vitórias, que muito honram o concelho de Abrantes.

## **VEREADOR ANTÓNIO BELÉM COELHO**

O Vereador Belém Coelho apresentou um pedido de esclarecimentos relativo à Fonte de Vale de Roubam, como a seguir se transcreve: - 24108

*"Tendo em conta os esclarecimentos prestados pela senhora presidente na reunião da câmara de 30/5/2011, designadamente a realização de análises periódicas à qualidade da água da Fonte de Vale de Roubam e a explicação "científica" para o facto de ser a tabuleta "Água de Qualidade Não Garantida" a adequada quando a água está em condições de ser utilizada, os vereadores eleitos pelo PSD decidiram retirar a sua proposta de deliberação (ver acta de 30/5/2011 - fls.12-13).*

*Acontece que, tendo a água desta fonte sido analisada pela associação de defesa do consumidor Deco, nos meses de Abril e Maio do corrente ano, ou seja, em data anterior à reunião em que a nossa proposta foi discutida, foi considerada a mesma imprópria para consumo e que bebê-la é "arriscar a saúde", tendo o estudo detectado a presença de metais pesados, no caso concreto, manganês.*

*A senhora presidente, na altura, criticou-nos de trabalhar para a acta, por apresentarmos a proposta sem, antes, nos termos informado.*

*Ora, a fazer fé na informação da DECO de que a água da fonte de Vale de Roubam água é imprópria para consumo, forçoso será concluir que a câmara municipal também não é uma fonte de informação com qualidade garantida.*

*Acontece que a população precisa de saber se pode ou não pode beber água daquela fonte.*

*Ou seja, precisa de saber se a água pode ser bebida, como garantiu a senhora presidente, ou se é imprópria para consumo e representa um risco para a saúde, como garante a DECO.*

*Quid iuris?"*

A Presidente da Câmara esclareceu que há determinadas análises que às vezes oscilam, não se conseguindo garantir a qualidade em contínuo.

Há um plano de controlo de qualidade anual regular e, no caso de incumprimento, há valores novamente analisados. Sempre que há qualquer alteração aos valores paramétricos que a água deve obedecer para salvaguardar a saúde das pessoas, imediatamente podem ser tomadas medidas, que inclusivamente poderão passar pela cessação temporária da água, pela notificação para criação de soluções alternativas.

Neste caso em concreto não há nada de menos correcto na informação prestada. O que foi referido foi que a Câmara Municipal não é obrigada a fazer qualquer controlo de qualidade aos fontanários porque tem uma rede pública de abastecimento que serve quase a totalidade da população e é essa a sua responsabilidade.

A obrigação da autarquia, como foi dito anteriormente é a indicação, por placas, de que não é possível garantir a qualidade da água.

Nesta fonte em concreto e sabendo do interessa da população naquela água, os SMA integraram no seu plano de controlo da água anual o controlo desta fonte. O referido na placa significa que não é possível garantir a qualidade da água. A garantia de qualidade da água só se tem em sistemas tratados, o que não é o caso. Um sistema doseador de cloro implicaria que o fontanário deixaria de fazer sentido e seria um custo adicional, a somar ao sistema que já existe.

*Q*  
*Costa*

Disse também que os SMA procuram imediatamente corrigir todas as situações anómalas detectadas naquela fonte, nomeadamente a existência de bactérias. No entanto, neste caso em concreto, no que toca ao manganês, não é possível tomar medidas adicionais. Foi dado conhecimento ao Delegado de Saúde, para se pronunciar sobre esse assunto.

Reiterou que não há falsidade e que não há qualquer ocultação de informação.

O Vereador Belém Coelho disse que os Vereadores do PSD não quiseram referir que havia qualquer falsidade. Questionou ainda se se há verificação relativamente ao que toca aos metais pesados.

A Presidente da Câmara esclareceu que sim. O controlo de rotina, que é feito nos sistemas de abastecimento de 6 em 6 meses, inclui o manganês. No controlo de inspecção que é feito uma vez por ano inclui outros parâmetros, não alteráveis com facilidades.



#### **VEREADOR SANTANA-MAIA LEONARDO**

O Vereador Santana Maia Leonardo apresentou uma declaração subscrita pelos Vereadores do PSD relativa às actas das reuniões da câmara, que se anexa à presente acta por ser extensa.

A Presidente da Câmara disse que nunca teve a intenção de reescrever o que quer que seja. Pelo que solicitou ao Vereador Santana Maia que dissesse, caso a caso, em que situação é que aconteceu.

O Vereador Carlos Arês questionou quando é que houve a intenção de reescrever uma acta aprovada? Se isso aconteceu, aconselha a participação ao Ministério Público, pois constitui crime.

Aconselhou o Vereador Santana Maia a ser consequente e ir ao Ministério Público com essas provas. Se não for, se calhar irá ele próprio, dizendo que o Vereador Santana Maia acabou de fazer uma denúncia caluniosa relativamente à sua pessoa.

Quanto aos pedidos de agendamento, referiu, mais uma vez, que as propostas apresentadas pelos Vereadores do PSD eram para discussão imediata na própria reunião e não para agendamento. A maioria socialista não aceitava que fossem colocadas de imediato à discussão, para o serem posteriormente. Isso decorreu durante meses a fio.

Depois o Vereador Santana Maia deu uma entrevista à Rádio Tágide na qual disse que o Vereador do ICA não estava a ser solidário com os Vereadores do PSD porque não subscrevia as propostas e porque estas, para serem levadas à reunião, eram necessárias três assinaturas. Depois o próprio Vereador Carlos Arês esclareceu que os pedidos de agendamento necessitam de apenas uma assinatura de um vereador, para o seu agendamento posterior.

Nesse dia, o Vereador Santana Maia referiu que iria ver ao código, e se o Vereador Carlos Arês tivesse razão lhe iria pedir desculpa. Ora, o Vereador Santana Maia nunca mais se referiu a este assunto, não pedindo desculpa, embora soubesse que tinha razão.

Disse ainda que foi acusado publicamente – outra denúncia caluniosa – de não subscrever a propostas do PSD, quando isso nunca lhe foi solicitado.

*Q*  
*Costa*

Desde que os Vereadores do PSD passaram a pedir expressamente o agendamento e não a discussão das propostas imediatamente, com urgência, e que tenha conhecimento, não houve nenhum assunto que não fosse objecto de discussão numa reunião de Câmara.

Acrescentou também que nunca pediu ao Vereador Belém Coelho que viesse à reunião contar algum pormenor de um processo que está em segredo de justiça. O que pediu foi que o Vereador Belém Coelho não tivesse tido a atitude de fazer um pedido à Câmara Municipal, sabendo ele que o processo já decorria no Ministério Público, o que foi desleal.

Se o Vereador Belém Coelho acha que não deve dizer que sabe da existência do processo, então também não deve ter a atitude provocatória de propor que a Câmara envie o processo.

Sobre a falta de solidariedade nestas questões quis ainda relembrar que as propostas de deliberação foram sempre apresentadas, em documento, como propostas de deliberação dos Vereadores do PSD. Esta matéria só veio a ser discutida formalmente, em consequência de uma entrevista à rádio. Dessa entrevista, que considera lamentável, as pessoas ficaram genuinamente convencidas que as propostas não eram discutidas só porque o Vereador Carlos Arês não as subscrevia. Nem sequer alguma vez falaram consigo sobre isso. Não vê hipótese de situação de maior deslealdade que esta.

Questionou ainda os Vereadores do PSD se têm algum problema com ele. Se o tiverem que digam para que, de uma vez por todas, se ultrapasse. Desafiou os Vereadores do PSD a deixarem o fantasma do Carlos Arês em paz e sossego e a fazerem a sua oposição nos termos em que a querem fazer. Deixem de implicar com ele, porque ele não lhe faz sombra.

O Vereador Belém Coelho disse não ter nada contra o Vereador Carlos Arês, e que o tinha em muito boa conta.

O Vereador Santana Maia disse que, como facilmente se pode demonstrar, o que o Vereador Carlos Arês disse não é verdade. Efectivamente disse numa entrevista na rádio que as propostas dos vereadores do PSD não eram agendadas porque eram necessárias três assinaturas. Com efeito, o não agendamento das propostas dos vereadores do PSD levou o vereador Santana Maia a convencer-se de que seria necessário, para tal, a subscrição da proposta por três vereadores. No entanto, na reunião da câmara seguinte, depois de constatar que estava errado, fez uma declaração para a acta a referir que o Vereador Carlos Arês tinha razão, porque bastava a proposta ser assinada por um vereador para ela ser obrigatoriamente discutida na reunião seguinte. Se o Vereador Carlos Arês tem a memória curta, leia essa acta. Em relação às propostas, disse que os Vereadores do PSD requereram, pelo menos por três vezes, o agendamento das suas propostas: Abril, Maio e Junho, enumerando as mesmas, até que fizeram a participação ao Ministério Público e que, só a partir daí é que o agendamento foi feito.

O Vereador Carlos Arês disse ainda que não tem memória curta. Nessa reunião onde o Vereador Santana Maia lhe deu razão, não lhe dirigiu qualquer pedido de desculpas. Nem aí, nem em qualquer outra situação. - 33313



*Dei*  
*Acta*

## ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro).

**Nº 1 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** apresenta o ofício nº 22 da Assembleia Municipal de Abrantes, datado de 01 de Julho de 2011, que remete as deliberações aprovadas em minuta na Sessão Ordinária realizada no dia 30 de Junho de 2011, referentes aos assuntos que a seguir se discriminam:

- Revisão do Regulamento Municipal do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Município de Abrantes, no âmbito do Licenciamento Zero; - 24833
- Revisão do Regulamento de Venda Ambulante, no âmbito do Licenciamento Zero; - 24955
- Regulamento de Ocupação do Espaço Público e de Afixação e Inscrição de Publicidade do Município de Abrantes, no âmbito do Licenciamento Zero; - 25340
- Regulamento de Águas Residuais do Município de Abrantes; - 26944
- Desafectação do domínio público para o domínio privado do município, de parcela de terreno com a área de 1500 m2, sita em Barrada, S. Facundo; - 22497
- Autorização para abertura de procedimentos relativos a despesas que dão lugar a encargos orçamentais em mais de um ano económico, superior a 99.759,58€ por ano: - 25343
  - a) Aquisição de Serviços para Limpeza de Edifícios Municipais;
  - b) Aquisição de Serviços de Comunicação Fixa para os Serviços Municipais;
  - c) Aquisição de Serviços de Seguros;
- Plano de Urbanização de Abrantes – Complemento à proposta de 2ª alteração; - 11197
- Declaração de interesse público da instalação e construção da Estação de Canoagem de Alvega;
- Autorização para alienação da participação da Câmara Municipal na empresa Município de Cartografia e Sistemas de Informação EM., S.A.; - 23950
- Autorização para aquisição de Unidades de Participação da TagusValley; - 25045
- Candidatura a Empréstimo ao Banco Europeu de Investimento no valor de 1.770.082 euros. - 28108

**Tomado conhecimento.**

Q1  
Ceto

**Nº 2 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** na sequência da Informação Nº 01/2011 do Secretário Alfredo Santos, datada de 30 de Junho de 2011, referindo que vários Presidentes de Junta manifestaram a sua apreensão pelo facto das Autoridades Policiais estarem a autuar os cidadãos que possuem veículos agrícolas da categoria I sem licença de condução.

Atendendo a que não existe nenhuma entidade no concelho de Abrantes, que proceda ao seu licenciamento, sugere que se solicite à DRAPLVT um técnico para fazer formação e avaliação, com vista à certificação de condução de veículos da referida categoria, cujo custo por formando será de 25,00€. - 30265

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o valor de 25,00€ para certificação de condução de veículos agrícolas da categoria I, bem como o regulamento anexo à informação, que deverá ser publicitado.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



**Nº 3 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 5 de Julho de 2011, a autorizar a participação de uma viatura ABSC dos Bombeiros Municipais de Abrantes, para efectuar segurança na Festa dos Tabuleiros de Tomar, no próximo dia 10 de Julho de 2011. - 30259

**Deliberação:** Por unanimidade, ratificar o despacho de aprovação da Presidente da Câmara.



**Nº 4 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** na sequência do pedido da Rádio Tágide, Cooperativa de Rádio, Cultura e Recreio, a solicitar a atribuição de um patrocínio para apoio à realização do Festival de Rock Juve Fest, levado a efeito no dia 9 de Julho de 2011. - 30595

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a atribuição de um subsídio à Rádio Tágide, Cooperativa de Rádio, Cultura e Recreio, no montante de 1.000,00€, para apoio à realização da referida actividade.

À Divisão Financeira para proceder em conformidade.



**Nº 5 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** na sequência de uma Informação do Gabinete Apoio a Presidência, datada de 7 de Julho de 2011, sugerindo que seja fixado o preço de venda ao público da primeira edição do Livro "Cidade Imaginária - Charters de Almeida".

*Bel*  
*Pato*

O Vereador Belém Coelho questionou sobre a forma de apuramento deste valor, ao que a Presidente da Câmara respondeu tratar-se praticamente do preço de custo dos livros.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o valor de venda ao público da primeira edição do Livro "Cidade Imaginária – Charters de Almeida", sendo o preço da versão capa dura fixado em 10,00€ e da versão capa mole em 7,00€.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.

## **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

### **Divisão Administrativa e de Modernização**

**Nº 6 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para aprovação ou ratificação dos seus despachos de autorização, a dispensa do pagamento das taxas correspondentes a diversos licenciamentos de actividades, conforme lista abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
28504	Aclama - Associação Cultural Amigos de Martinchel	Festejos anuais	22, 23 e 24.07.2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recinto improvisado;</li> <li>• Ruído;</li> <li>• Autorização para serviços de restauração e bebidas;</li> <li>• Cartazes</li> </ul>	100,05€
28434	Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Bicas	Festejos anuais de Bicas	22 e 23.07.2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recinto improvisado;</li> <li>• Ruído;</li> </ul>	19,30€
27679	Freguesia de Rio de Moinhos*	VII Encontro Nacional Rio de Moinhos Portugal	2 e 3.07.2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recinto improvisado;</li> <li>• Ruído;</li> <li>• Autorização para serviços de restauração e bebidas;</li> <li>• Afixação de cartazes, distribuição de flyers e colocação de lona</li> </ul>	158,15€
30077	Associação Desportiva, Recreativa e de Melhoramentos do Paúl	Festejos anuais em Paúl	30 e 31.07.2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recinto improvisado;</li> <li>• Ruído;</li> <li>• Autorização para serviços de restauração e bebidas;</li> <li>• Afixação de cartazes,</li> </ul>	98,07€
29986	Sociedade Recreativa e Musical de Bemposta	Festival de Bandas de Garagem	09.07.2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Licenciamento de ruído e recinto</li> </ul>	17,32€
30078	Centro Popular de Cultura e Desportos de Sentieiras	Festejos anuais	15, 16 e 17.07.2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recinto improvisado;</li> <li>• Ruído;</li> <li>• Autorização para serviços de restauração</li> </ul>	137,82€

Acta da reunião de -11- de Julho- de 2011

*Re  
Cala*

				e bebidas; • Afixação de cartazes; • Actividade; • Prova desportiva;	
26997	Sociedade União Crucificense*	Festejos anuais de Crucifixo	1, 2 e 3.07.2011	• Recinto improvisado; • Ruído; • Autorização para serviços de restauração e bebidas; • Afixação de cartazes;	100,05€
28575	Casa do Povo de Arreciadas	24º Festival de Folclore	25.07.2011	• Recinto improvisado; • Ruído;	17,32€
30192	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Aldeia do Mato	Festas anuais em honra de Santa Maria Madalena	29, 30 e 31.07.2011	• Recinto improvisado; • Ruído; • Autorização para serviços de restauração e bebidas; • Afixação de cartazes;	100,05€

\* despacho favorável da Presidente da Câmara, sujeito a ratificação pela Câmara Municipal, nos termos nº 3 do artº 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respectivas taxas e ratificados os despachos emitidos pela Presidente da Câmara, conforme lista acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar os requerentes que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que procedam, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



**Nº 7 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo, para aprovação, minuta do protocolo de adesão à iniciativa Licenciamento Zero, a celebrar entre a AMA, I.P. - Agência para a Modernização Administrativa, I.P. e o Município de Abrantes. – 30346

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



## Divisão Jurídica

**Nº 8 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** apresenta a Acta relativa ao acto público de abertura de propostas, referente ao concurso público para a cedência de exploração

do quiosque situado na Praça da República, em Abrantes, tendo o mesmo ficado deserto, por falta de apresentação de propostas. - 19239

**Tomado conhecimento.**



**Divisão Financeira**

**Nº 9 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** respeitante a uma Informação da Divisão Financeira, datada de 5 de Julho de 2011, que remete, para aprovação, a 4ª Proposta de Alteração Orçamental 2011, da Câmara Municipal de Abrantes. - 30686

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a referida alteração orçamental, nos termos da referida informação da Divisão Financeira.



**Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** respeitante a uma Informação da Divisão Financeira, propondo a adopção de concurso público com anúncio no JOUE para os serviços de limpeza de edifícios municipais, que será desenvolvido nos termos dos artºs 130º a 154º do CCP, conjugados com os artºs 34º a 111º do mesmo diploma legal. Propõe igualmente:

- A aprovação das peças do procedimento aplicáveis ao procedimento nos termos da al. b) do nº 1 do artº 40º do CCP, nomeadamente, Programa de Procedimento, elaborado de acordo com artº 132º do CCP e o Caderno de Encargos, elaborado de acordo com o artº 42º do mesmo diploma legal;
- A fixação do prazo de vigência do contrato a celebrar por um ano, renovável por iguais períodos até ao limite legal estipulado no artº 48º do CCP (3 anos);
- A opção pelo critério de adjudicação do mais baixo preço;
- A designação dos seguintes colaboradores como elementos júri para a condução do procedimento: a) Maria Luísa Espadinha Rodrigues (presidente); b) Jorge Filipe Cova Moura (vogal efectivo); c) Maria Helena Pimenta Bento (vogal efectivo); d) Maria de Fátima da Silva Areias (vogal suplente); e) Paulo Jorge Morgado Domingos (vogal suplente).
- Delegação de competências no Júri do Concurso, conforme previsto no nº 2 do artº 69º e no artº109º do CCP, à excepção da decisão de adjudicação. - 20176

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar nos termos propostos na referida Informação da Divisão Financeira.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.

## **Divisão de Recursos Humanos**

**Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, remetendo para aprovação pedido de parecer nos termos do artigo 22º da Lei de Orçamento de Estado para 2011 (Lei nº 55/A 2010 de 31/12), para contratação de tarefa a celebrar com Ana Cristina Castanho Ruivo Martins Ribeiro, enquanto licenciada em Serviço Social, com vista à implementação na área de serviço social, do projecto de "Igualdade de Género e não discriminação em Abrantes".

**Deliberação:** Por maioria, com os votos contra dos Vereadores eleitos pelo PSD, emitir parecer favorável, de acordo com os fundamentos constantes no referido parecer e que se dão por transcritos.

Os Vereadores eleitos pelo PSD apresentaram uma declaração de voto que, por ser extensa, se anexa à presente acta.



**Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, remetendo para aprovação pedido de parecer nos termos do artigo 22º da Lei de Orçamento de Estado para 2011 (Lei nº 55/A 2010 de 31/12), para contratação de tarefa a celebrar com Lígia Margarida Serras Lobato, enquanto licenciada em Animação Cultural, com vista à implementação na área de animação cultural, do projecto de "Igualdade de Género e não discriminação em Abrantes".

**Deliberação:** Por maioria, com os votos contra dos Vereadores eleitos pelo PSD, emitir parecer favorável, de acordo com os fundamentos constantes no referido parecer e que se dão por transcritos.

Os Vereadores eleitos pelo PSD apresentaram uma declaração de voto que, por ser extensa, se anexa à presente acta.



Relativamente a estes dois pontos da ordem de trabalhos (nºs 11 e 12) a Presidente da Câmara disse aos Vereadores do PSD que, tendo dúvidas, poderiam ter solicitado os processos das duas técnicas, em vez de se escudarem num voto contra, como aliás é seu apanágio no que toca à gestão de recursos humanos na autarquia.

Disse que a mobilidade, por um curto período de tempo, não resolve esta necessidade, pois importa conhecer a realidade do concelho, pelo que seria incoerente. Trata-se de pessoas absolutamente necessárias para que se possa elevar o concelho de Abrantes nesta matéria. Isso não é uma matéria da responsabilidade só do Partido Socialista, mas de todos.

Por fim, esclareceu os Vereadores do PSD que não estava aqui em causa formalização do ajuste directo, mas sim a emissão de parecer nos termos do artigo 22º da Lei de Orçamento de Estado para 2011 (Lei nº 55/A 2010 de 31/12), por tanto não havia aqui qualquer violação da lei.

*Al*  
*Estp*

## **DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL**

### **Divisão de Cultura e Turismo**

**Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, remetendo para aprovação a dispensa do pagamento das taxas correspondentes à cedência do Cine-teatro São Pedro, conforme lista abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
29257	Grupo de Teatro Palha de Abrantes	Workshop de expressão corporal e de voz	4, 5, 6 e 7.07.2011	Cedência do pequeno auditório do Cine-Teatro São Pedro	516,64€

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, conforme listagem acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



**Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho de 09 de Junho de 2011, a aprovar o contrato de cedência de exploração de espaços públicos, sito na Esplanada 1º de Maio, destinado a instalar equipamento de venda de pipocas e algodão doce, no âmbito das Festas de Abrantes 2011, celebrado entre o Município de Abrantes e Francisco Fernandes Alves. - 14272

**Deliberação:** Por unanimidade, ratificar o despacho de aprovação da Presidente da Câmara.



**Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho de 09 de Junho de 2011, a aprovar o contrato de cedência de exploração de espaços públicos, sito na Esplanada 1º de Maio, destinado a instalar equipamento de venda de pipocas e algodão doce, no âmbito das Festas de Abrantes 2011, celebrado entre o Município de Abrantes e Nelson António Sequeira Alves. - 14272

**Deliberação:** Por unanimidade, ratificar o despacho de aprovação da Presidente da Câmara.



**Nº 16 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, na sequência de uma Informação da Coordenadora da equipa de Projecto do MIAA, sugerindo que os catálogos da exposição MIAA - Antevisão III sejam vendidos ao preço simbólico de 2€ cada exemplar. - 30308

A Presidente da Câmara esclareceu que o valor proposto é meramente simbólico, sendo inferior ao preço de custo.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o valor de 2€, para venda de cada exemplar dos catálogos da exposição MIAA – Antevisão III.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.

## **DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO**

### **Divisão de Projectos e Empreitadas**

**Nº 17 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, referente à Informação nº 168 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 13 de Junho de 2011, acerca da vistoria efectuada à empreitada de "Reconstrução de Muro sem Preservação das Características Construtivas na Avenida do Paiol - Abrantes", adjudicada à Sociedade Construções José Coutinho, Lda., para efeitos de recepção provisória.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovado o auto de recepção provisória, devendo-se proceder à elaboração da conta da empreitada, nos termos do disposto nos artigos 399º e seguintes Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de Janeiro.



**Nº 18 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, referente à Informação nº 186 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 04 de Julho de 2011, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Reparação de Pavimentos em Arruamentos na Freguesia de Alferrarede – Abrantes – 2ª Fase", adjudicada à Sociedade Mendes & Gonçalves, S.A., para efeitos de recepção definitiva.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovado o auto de recepção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada. Aos respectivos serviços para procederem em conformidade.



**Nº 19 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano**, referente à Informação nº 172 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 17 de Junho de 2011, que remete para aprovação a conta final da empreitada de "Beneficiação de Instalações de Apoio no Quartel dos Bombeiros Municipais de Abrantes", adjudicado à firma, Alpeso – Construções, S.A., elaborada nos termos do artigo 399º do Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de Janeiro, que se transcreve:



Al  
Cte

Valor da Adjudicação (Preço Contratual)	83.539,26€
Trabalhos Contratuais Realizados	83.539,26€
Revisão de Preços	171,09€
Total	83.710,35€

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a conta final da empreitada de "Beneficiação de Instalações de Apoio no Quartel dos Bombeiros Municipais de Abrantes", elaborada nos termos do artigo 399º do Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de Janeiro.



**Nº 20 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano,** respeitante à Informação nº 171 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 16 de Junho de 2011, dando conta que a Sociedade de Construções – José Coutinho, S.A., entregou a Garantia Bancária Nº 2537.003200.693, no montante de 311.552,35€ da Caixa Geral de Depósitos, datada de 25/03/2011, correspondente ao adiantamento de 30% dos trabalhos contratuais por realizar da empreitada de "Construção do Mercado Municipal de Abrantes", garantia essa que já foi reduzida anteriormente para o montante de 306.626,41€.

Tendo sido já entregue a factura no montante de 26.845,88€ com o auto nº 6, deverá ser reduzida a referida garantia no valor de 8.053,76€, que corresponde a 30% do valor do auto, de acordo com nº 2 do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na actual redacção, que passará a ter o valor de 298.572,65€.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a redução da referida garantia bancária, nos termos da citada informação nº 171 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Comunicar à Caixa Geral de Depósitos, S.A., com conhecimento ao empreiteiro.

A propósito desta empreitada, o Vereador Carlos Arês questionou a razão do seu atraso e qual o estado actual da obra.

O Vereador Rui Serrano esclareceu que houve um atraso de cerca de 4 meses, uma vez que a intervenção é muito delicada, por ser necessária a contenção das paredes. No entanto, ultrapassada esta questão, poderá andar a bom ritmo, até à sua conclusão.



**Nº 21 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano,** relativa à Informação Nº 182 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 04 de Julho de 2011, a dar conta que a sociedade comercial, J. Gomes – Sociedade de Construções do Cavado, S.A., adjudicatária da empreitada de "Construção do Centro Escolar de Rio de Moinhos", entregou a documentação necessária para a introdução de subempreiteiro em obra e referindo que cumpre com o previsto no artº 383º do Código da Contratação

Pública, na medida em que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada.

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro em obra, nos termos previstos na lei, uma vez que o valor da adjudicação a subempreiteiro não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada, de acordo com a referida Informação Nº 182 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Alertar a adjudicatária que, no futuro, deverá, no prazo de 5 dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito, remetendo cópia do contrato em causa, devendo nessa comunicação fundamentar a decisão de recorrer à subempreitada e atestar a observância dos limites a que se referem os nºs 1 e 2 do artigo 383º, conforme determinam os nºs 3 e 4 do artigo 385.º do CCP.

Remeter o processo para o Coordenador de Segurança em obra, para dar cumprimento ao disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Divisão de Projectos e Empreitadas para proceder em conformidade.



**Nº 22 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, relativa à Informação Nº 183 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 04 de Julho de 2011, a dar conta que a sociedade Ladário - Sociedade de Construções, Lda., adjudicatária da empreitada de "Construção do Centro Escolar de Alferrarede", entregou a documentação necessária para a introdução de subempreiteiro em obra e referindo que cumpre com o previsto no artº 383º do Código da Contratação Pública, na medida em que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada.

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro em obra, nos termos previstos na lei, uma vez que o valor da adjudicação a subempreiteiro não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada, de acordo com a referida Informação Nº 183 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Alertar a adjudicatária que, no futuro, deverá, no prazo de 5 dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito, remetendo cópia do contrato em causa, devendo nessa comunicação fundamentar a decisão de recorrer à subempreitada e atestar a observância dos limites a que se referem os nºs 1 e 2 do artigo 383º, conforme determinam os nºs 3 e 4 do artigo 385.º do CCP.

Remeter o processo para o Coordenador de Segurança em obra, para dar cumprimento ao disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Divisão de Projectos e Empreitadas para proceder em conformidade.

*Handwritten signature*

**Nº 23 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, relativa à Informação Nº 184 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 04 de Julho de 2011, a dar conta que a Sociedade de Construções José Coutinho, S.A., adjudicatária da empreitada de "Requalificação e Ampliação Escola EB nº 1 de Tramagal para Centro Escolar", entregou a documentação necessária para a introdução de subempreiteiros em obra e referindo que cumprem com o previsto no artº 383º do Código da Contratação Pública, na medida em que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada.

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a entrada dos subempreiteiros em obra, nos termos previstos na lei, uma vez que o valor da adjudicação a subempreiteiro não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada, de acordo com a referida Informação Nº 184 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Alertar a adjudicatária que, no futuro, deverá, no prazo de 5 dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito, remetendo cópia do contrato em causa, devendo nessa comunicação fundamentar a decisão de recorrer à subempreitada e atestar a observância dos limites a que se referem os nºs 1 e 2 do artigo 383º, conforme determinam os nºs 3 e 4 do artigo 385.º do CCP.

Remeter o processo para o Coordenador de Segurança em obra, para dar cumprimento ao disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Divisão de Projectos e Empreitadas para proceder em conformidade.



**Nº 24 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, relativa à Informação Nº 185 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 04 de Julho de 2011, a dar conta que J. Gomes - Sociedade de Construções do Cávado, S.A., adjudicatária da empreitada de "Construção do Centro de Acolhimento do Tejo - Aquapolis Margem Sul - Abrantes", entregou a documentação necessária para a introdução de subempreiteiros em obra e referindo que cumprem com o previsto no artº 383º do Código da Contratação Pública, na medida em que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada.

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a entrada dos subempreiteiros em obra, nos termos previstos na lei, uma vez que o valor da adjudicação a subempreiteiro não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada, de acordo com a referida Informação Nº 185 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Alertar a adjudicatária que, no futuro, deverá, no prazo de 5 dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito, remetendo cópia do contrato em causa, devendo nessa comunicação fundamentar a decisão de recorrer à subempreitada e atestar a observância dos limites a que se referem os nºs 1 e 2 do artigo 383º, conforme determinam os nºs 3 e 4 do artigo 385.º do CCP.

*Qc*  
*Qc*

Remeter o processo para o Coordenador de Segurança em obra, para dar cumprimento ao disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Divisão de Projectos e Empreitadas para proceder em conformidade.



**Nº 25 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, relativa à Informação Nº 187 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 06 de Julho de 2011, a dar conta que José Manuel da Silva Fidalgo, adjudicatário da empreitada de "Construção do Centro Escolar de Bemposta", entregou a documentação necessária para a introdução de subempreiteiro em obra e referindo que cumpre com o previsto no artº 383º do Código da Contratação Pública, na medida em que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada.

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro em obra, nos termos previstos na lei, uma vez que o valor da adjudicação a subempreiteiro não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada, de acordo com a referida Informação Nº 187 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Remeter o processo para o Coordenador de Segurança em obra, para dar cumprimento ao disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Divisão de Projectos e Empreitadas para proceder em conformidade.

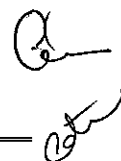


## **Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística**

**Nº 26 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, referente ao licenciamento de uma unidade industrial por parte de RPP Solar – Energias Solares, S.A., propondo a declaração da caducidade do alvará nº 177/09 de 09/11/2009, relativo ao processo 336/2009, pela não conclusão das obras no prazo fixado na licença, ao abrigo da alínea d) do ponto do artº 71º do RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. 336/09

**Deliberação:** Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade do licenciamento titulada pelo alvará nº 177/09 de 09/11/2009, relativo ao processo 336/2009, em nome de RPP Solar – Energias Solares, S.A. pela não conclusão das obras objecto de licenciamento no prazo fixado no mesmo.
- Comunicar a declaração de caducidade do alvará ao Ministério da Economia atento o facto do projecto em causa ter sido considerado Projecto de Interesse Nacional (PIN) com financiamento comunitário.



Para o efeito é-lhe concedido o prazo de 15 dias para se pronunciar em audiência escrita sobre a intenção de declaração de caducidade, podendo consultar o processo nos serviços da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Abrantes, na Praça Raimundo Soares, nos dias úteis entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.

A Presidente da Câmara explicou que esta proposta surge porque foram esgotadas todas as condições que permitissem à autarquia continuar à espera do desenrolar deste processo. Há um atraso muito significativo na execução do projecto.

Pode agora o promotor apresentar, se o entender, uma recalendarização de todo o processo, em concreto, mas não sem antes comprovar também as condições económico-financeiras actualizadas para a execução do projecto e que venha a demonstrar que o prédio está livre de qualquer ónus (arresto, penhoras, ou hipotecas).

Acrescentou ainda que tentou, no último mês reunir por duas vezes com o promotor, mas só hoje foi possível. Agora todos esperam que, para bem de Abrantes, o promotor venha, em sede de audiência prévia, demonstrar o referido.

O Vereador Belém Coelho disse que subscrevia as palavras da Presidente da Câmara, já que, para o bem de Abrantes era bom que este projecto avançasse.

Questionou qual a calendarização apontada por parte da autarquia.

Sobre a demonstração de que não existe nenhum ónus sobre o terreno, acha que não será possível, no entanto, se o for, questionou se se mantém a isenção das taxas.

A Presidente da Câmara respondeu que o prazo razoável de calendarização seria de 3 meses e meio. Se for possível demonstrar a inexistência de ónus, tanto a Câmara como a Assembleia Municipal terão que se pronunciar novamente.



**Nº 27 - Proposta de Deliberação do Vereador Rui Serrano**, referente a uma Informação do Director do Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 24 de Junho de 2011, acerca do pedido de averbamento do processo nº 97000840 em nome da Herança Ilíquida e Indivisa aberta por óbito de José Maria Martinho, da arrendatária para a proprietária do imóvel "Rytmos Mexidos, Lda." - 840/97

**Deliberação:** Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto ao pedido de averbamento do processo para "Herança de José Maria Martinho", reconhecendo António José Pereira Martinho, na qualidade de cabeça de casal dessa herança, como legítimo representante dessa proprietária no âmbito deste mesmo processo e legalmente mandatado para requerer o que

*Q.1*  
*Cote*

haja por conveniente e necessário com vista à completa regularização do processo, até à emissão do competente título de utilização.

Não declarar a caducidade da licença, com base no interesse público referido na citada informação do Director do Departamento de Obras e Urbanismo, concedendo-se prazo limite de 30 dias, para pagamento das taxas devidas pelo licenciamento e para o levantamento do competente alvará respeitante à mesma licença.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



**Nº 28 - Proposta de Deliberação do Vereador Rui Serrano**, referente à Informação Nº 099/2011.CL da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 24 de Maio de 2011, acerca do pedido de informação prévia relativo à viabilidade de construção de unidade de multiplicação de 378 reprodutoras (suínos), na Quinta do Cuco, em São Miguel do Rio Torto, Abrantes, requerido por José Fernando Alexandre Ramalho. – 417/10

**Deliberação:** Por unanimidade, emitir parecer favorável ao pedido de informação prévia, com os condicionamentos constantes no ponto 4 da referida informação técnica Nº 099/2011.CL da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, que se dá por transcrita.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



**Nº 29 - Proposta de Deliberação do Vereador Rui Serrano**, referente a uma Informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 17 de Maio de 2011, acerca do pedido de operação de loteamento na Rua do Sobreiro, em Abrançalha de Baixo, freguesia de São Vicente, Abrantes, requerido por Agostinho Cardigos Lopes. – 815/07

**Deliberação:** Por unanimidade, deferir a licença de operação de loteamento, com obras de urbanização, nos termos e condições da referida informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



**Nº 30 - Proposta de Deliberação do Vereador Rui Serrano**, referente à Informação Nº 54/2011-CM da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 13 de Junho de 2011, acerca do auto de vistoria para efeito de recepção provisória, relativo às obras de urbanização do loteamento com o alvará nº 07/2002, em nome de Isatel – Sociedade de Construções, Lda., sito em "Horta do Lucas", Chainça, freguesia de São Vicente, Abrantes e redução da caução. – 925/01

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o referido auto de vistoria, procedendo-se à recepção provisória das obras de urbanização e, em consequência, reduzir a caução nos moldes propostos na Informação Nº 54/2011-CM da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, que se dá por transcrita.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



**Nº 31 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** na sequência de um pedido apresentado por Mário Gil Videira Vicente, residente na Av. D. João II, 1.13.03 - 11-I, em Santa Maria dos Olivais - Lisboa, no sentido de ser emitida pela Câmara Municipal certidão de localização para instalação de unidade de inspecção técnica de veículos a motor e seus reboques, no âmbito da Lei nº 11/2011, de 26 de Abril, relativamente ao artigo matricial rústico nº 30, da freguesia de Alferrarede, com a área de 1580m2, sito no gaveto entre as Ruas Manuel Lopes Valente Júnior e António Correia Pires, em Alferrarede - 30773

**Deliberação:** Por unanimidade, proceder-se à audiência escrita do interessado, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Informar o requerente que o pedido não esclarece, em concreto, qual o local onde se pretende implantar o centro de inspecção de veículos motorizados, pelo que não é possível informar face ao disposto no art.º 37º do Regulamento do Plano de Urbanização de Abrantes.

- Informar ainda o requerente que, entendendo-se, que o uso pretendido é incompatível com o uso residencial pela poluição sonora que provoca, verifica-se que a pretensão contraria o disposto no nº 2 do artº 23º do Regulamento do Plano de Urbanização de Abrantes, pelo que se sugere que se informe que não é possível certificar favoravelmente a pretensão.

Para o efeito é-lhe concedido o prazo de 10 dias para se pronunciar em audiência escrita, podendo consultar o processo nos serviços da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Abrantes, na Praça Raimundo Soares, nos dias úteis entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



**Nº 32 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** na sequência de um pedido apresentado por JR Proinspecção, SA com sede no Parque Industrial de Abrantes — Zona Norte, Via Industrial 4, em Abrantes, no sentido de ser emitida pela Câmara Municipal

*Handwritten signatures and initials.*

certidão de localização para instalação de unidade de inspecção técnica de veículos a motor e seus reboques, no âmbito da Lei nº 11/2011, de 26 de Abril, relativamente à parcela de terreno com a área de 5.958m<sup>2</sup>, a desanexar do prédio inscrito na matriz sob o artigo P 3508 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Abrantes, sob o numero 01442, da freguesia de Alferrarede, correspondente ao lote CS118, do Parque Industrial de Abrantes — Zona Norte. - 37054

**Deliberação:** Por unanimidade, certificar que o Plano de Pormenor da Zona Norte do Parque Industrial de Abrantes se encontra em processo de revisão, estando a decorrer a discussão pública sobre a mesma com terminus no dia 20 de Julho de 2011, após o que será elaborado relatório final que se submeterá à Câmara e Assembleia Municipal para aprovação e que, nesta revisão, para o local em causa a pretensão é enquadrável.

Mais certificar que, após conclusão do processo de revisão do Plano de Pormenor da Zona Norte do Parque Industrial de Abrantes, o local objecto da pretensão reúne as condições para instalação de um centro de inspecção.



**Nº 33 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** na sequência de um pedido apresentado por Ismael Roldão, Sociedade Unipessoal, Lda, com sede na Quinta do Pisco em Sardoa, no sentido de ser emitida pela Câmara Municipal certidão de localização para instalação de unidade de inspecção técnica de veículos a motor e seus reboques, no âmbito da Lei nº 11/2011, de 26 de Abril, relativamente a terreno com a área de 6.100m<sup>2</sup>, sito na Rua Outeiro do Gaio, em Mouriscas, Abrantes. - 30436

**Deliberação:** Por unanimidade, proceder-se à audiência escrita do interessado, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Informar o requerente que não é possível certificar favoravelmente a pretensão, atendendo a que na implantação do edifício proposto não é salvaguardada a distância mínima de 50 metros a extrema da propriedade previsto no nº 3 do artº 16º do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 17/2009, de 14 de Janeiro.
- Informar igualmente que o pedido carecia, ainda, do cumprimento do requisito previsto no artº 26º do Regulamento do PDM de que a pretensão não pode ser satisfeita pela oferta prevista de solo urbano, nomeadamente através de declaração emitida pela Junta de Freguesia de Mouriscas.

Para o efeito é-lhe concedido o prazo de 10 dias para se pronunciar em audiência escrita sobre a intenção de declaração de caducidade, podendo consultar o processo nos serviços da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Abrantes, na Praça Raimundo Soares, nos dias úteis entre as 9.00 e as 16.00 horas.



Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



**Nº 34** - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo Vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



### **Encerramento da Reunião**

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas dezasseis horas e cinco minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente acta, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com excepção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

**A PRESIDENTE DA CÂMARA**

*María João Resque*

**A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO**

*Patrícia Alexandre Justino Santos*

Senhora Presidente da Câmara,  
Senhora(s) e Senhores Vereadores,

Aceitem os meus cumprimentos.

Antes, uma explicação prévia : optei por escrever a minha intervenção porque, certamente em resultado da idade, sofro, por vezes, de espasmos de memória.

V.Ex<sup>as</sup> estão habituados a que os munícipes venham a esta sala, na busca de esclarecimentos ou na defesa de interesses particulares, mas, por incrível que pareça, estou aqui com intenção de desmistificar um logro criado pela Câmara/Serviços Municipalizados que, por força da transparência que V.Ex<sup>as</sup> estão obrigados a respeitar, em defesa do interesse público, não posso, nem devo, deixar passar em claro.

Na reunião de 9 de Junho último, Ponto nº 7 da Ordem do dia, Acta nº 15, foi deliberado:

*“Não se verificando razão para deliberar sobre este assunto, disse que é de se aguardar pela devida autorização, para a execução do respectivo projecto para recolocação da conduta”.*

Os esclarecimentos prestados pela sr<sup>a</sup>. presidente, terão sido obtidos junto dos SMA, que assim justificaram o facto de ainda não terem cumprido a deliberação unânime, de 19 de Junho de 2007.

Em resumo, para atropelar a lei, não foi precisa autorização de ninguém, mas para repor a legalidade, só com autorização da ARH Tejo, ainda por cima dependente de parecer da REN, a emitir pela CCDR-LVT. Até parece que o facto de a Ribeira de Abrançalha integrar a REN preocupa as autoridades responsáveis, o que ninguém questiona é o facto de haver três etar,s (Paúl, Abrançalha de Cima e Abrançalha de Baixo) a descarregar, permanentemente, os respectivos efluentes para o curso de água, com reflexos negativos comprovados, nas águas subterrâneas de todo aquele vale. (Foto nº 1)

Quando, em Janeiro de 2010, os SMA já informavam aguardar a autorização da ARH Tejo, por “lapso”(ou má fé ?) esqueceram-se de esclarecer que esta entidade aguardava, desde 1 de Junho de 2009, por resposta dos SMA.

O mais lamentável, é que a intencional falta de transparência agora denunciada, vem sendo repetida desde 2007, embora do Executivo anterior, reste, apenas, um elemento, exactamente a Sr.<sup>a</sup> presidente que, por certo, neste caso, tem a conivência do presidente do conselho de administração dos SMA, ao tempo vice-presidente da Câmara e, agora, responsável directo pelo reposicionamento da conduta, que ele procura, por todos os meios, não concretizar.

Quem acompanha as informações disponibilizadas no site dos SMA, não pode concluir de outro modo: a obra já esteve inscrita no capítulo das programadas e, em resultado de uma observação minha, directamente para os SMA, passou para o capítulo das projectadas, com a observação constante da deliberação municipal, agora aprovada (projecto em fase de licenciamento na ARH Tejo) – o parecer da REN, a emitir pela CCDR é desnecessário, porque esta entidade, já em Maio de 2007, tinha notificado a Câmara para promover a recolocação da conduta -.

Tudo perfeitamente concertado, tudo intencionalmente praticado.

Como afirmei acima, vem de longe a farsa com que persistem em procurar enganar-nos, numa tentativa de branqueamento do grosseiro atropelo à Lei (Dec.Lei n.º 180/2006), cometido na altura de implementação da conduta, em 2003.

Quando o Executivo anterior votou, por unanimidade, por ingenuidade, ou talvez não, dos vereadores Pedro Marques e Moreno Vaz (que estavam ao corrente da ilegalidade) libertar o empreiteiro do pontão, da obrigação de reposicionar a conduta e encarregar os SMA de abrirem concurso público para executar o mesmo trabalho (N.º 12 da Acta n.º 22, de 19/06/ 2007), já o então vice presidente Pina da Costa, tinha mentido, (foto n.º 2) quando ditou para a acta n.º 13, de 16/04/2007, que a conduta estava a mais de *três metros* do leito do curso de água, quando a realidade era *um metro e sessenta centímetros*.

Em momento adequado, espero voltar à presença de V.Ex.<sup>as</sup> para continuar, noutra faceta, a denunciar comportamento intolerável, relativamente a este processo.

Antes de terminar, quero dizer à Sr.<sup>a</sup> presidente que o Povo está farto de charlatães e que não me deve quaisquer explicações. As devidas, que sejam prestadas aos dignos representantes desse mesmo Povo, que se encontram à volta da vossa mesa de trabalho.

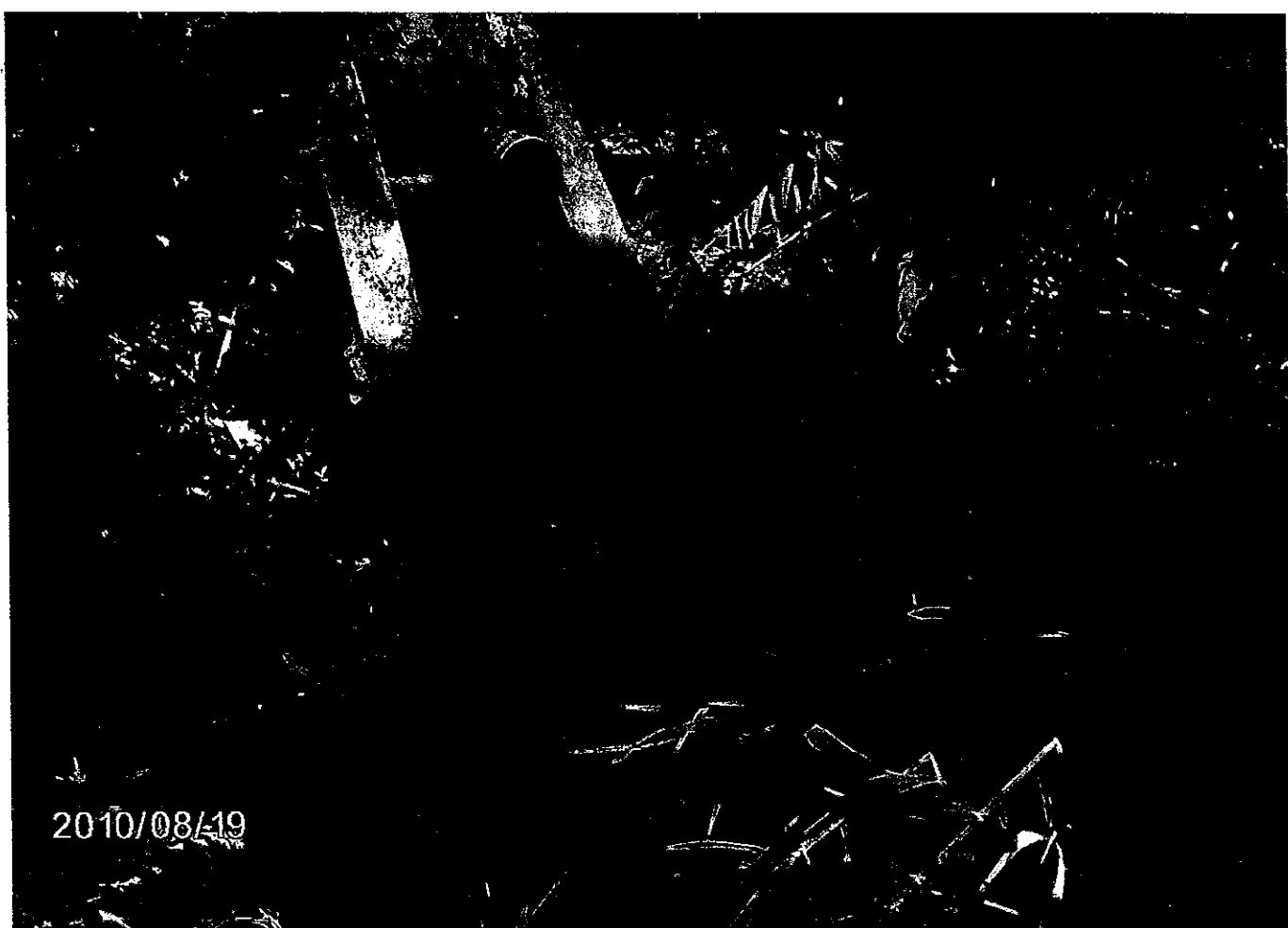
Os esclarecimentos que V.Ex<sup>a</sup>. deu, atribuiu-os aos Serviços Municipalizados, cujo presidente do conselho de administração é pessoa da sua confiança política. Sendo assim, ou ele terá que ser demitido ou V.Ex<sup>a</sup> assume a responsabilidade por ter repetido a nova mentira que ficou expressa em acta, uma vez que a autorização que dizem aguardar, tem o nº 2010.000556.000.T.A.CO.CON, foi emitida em 30 de Dezembro de 2010, é válida até 30 de Dezembro de 2011 e foi remetida aos SMA, pela ARH Tejo, a coberto do ofício nº DRHI-205-OFI-2011, de 21 de Janeiro de 2011.

O original deve estar, a sete chaves, na gaveta da secretária de um qualquer “chico esperto”, manga d’ alpaca ou político de aviário, mas para não invocarem os “espasmos de memória” de que eu também sofro, anexo OUTRA VIA da referida autorização.

O presidente dos SMA voltou a mentir, mas mais grave ainda, é o facto de a ARH Tejo, em simultâneo, ter também enviado à Câmara a referida autorização, a coberto do ofício nº DRHI-5112-OFI-2010, com registo de saída nº 882, de 21 de Janeiro de 2011, o que significa que V.Ex<sup>a</sup>. não se limitou a transmitir a informação do presidente dos SMA, pelo que, obviamente, merece a mesma sorte...

Renovo a V.Ex<sup>a</sup>s, os meus cumprimentos.

Artur Lalanda  
11 de Julho de 2011



AL  
Cetane

2010/08/19

Nº 1 - ETAR do PAÚL



Nº 2

20/04/2007

## AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS PARA CONSTRUÇÃO

Emitida nos termos do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio

### 1 - Identificação da Utilização

Número:	2010.000556.000.T.A.CO.CON
Data de emissão:	2010-12-30
Data de validade:	2011-12-30

### 2 - Identificação do Titular

Nome:	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ABRANTES
NIF:	680017542
Morada:	VIA INDUSTRIAL 1. LT. 65 - PARQUE INDUSTRIAL ABRANTES
Código postal:	2200-480 ABRANTES

### 3 - Localização da Utilização (Sistema de referência PT-TM06-ETRS89)

M (m):	-7162.390
P (m):	-19230.470
Distrito:	SANTARÉM
Concelho:	ABRANTES
Freguesia:	ABRANTES (SÃO VICENTE)
Massa de Água:	PT05TEJ0956
Designação ou local:	PONTÃO NA E.M. 547 SOBRE A RIBEIRA DE ABRANÇALHA - ABRANÇALHA DE CIMA

### 4 - Caracterização da Utilização

Domínio:	PRIVADO
Margem:	AMBAS
Meio:	RIBEIRA
Finalidade:	REPOSICIONAMENTO DE CONDUTA DE ÁGUA
Tipo de construção:	REPOSICIONAMENTO DE CONDUTA DE ÁGUA
Materiais:	FERRO DÚCTIL, BETÃO E OUTROS

### 5 - Condições gerais

1º Este título será exclusivamente utilizado para construção, no local e nas condições indicadas, fim que não pode ser alterado sem prévia autorização da ARH do Tejo, I.P..



2º O titular obriga-se a cumprir o disposto no presente título, bem como todas as leis e regulamentos vigentes, na parte em que lhe for aplicável, e os que venham a ser publicados, quer as disposições legais se harmonizem ou não com os direitos e obrigações que ao presente título sejam aplicáveis, bem como a munir-se de quaisquer outras licenças exigíveis por outras entidades.

3º O titular obriga-se a observar todos os preceitos legais no que concerne a segurança, gestão de resíduos e conservação da natureza e também a legislação e os regulamentos específicos das actividades complementares que simultaneamente venham a ser desenvolvidas no local.

4º O titular obriga-se a respeitar outras utilizações dos recursos hídricos devidamente tituladas, bem como quaisquer restrições de utilização local.

5º O titular obriga-se a informar a ARH do Tejo, I.P., no prazo máximo de vinte e quatro horas, de qualquer acidente ou anomalia que afecte o estado das águas ou o cumprimento das condições indicadas neste título.

6º Para efeitos de fiscalização ou inspecção, o titular obriga-se a facultar este título às entidades competentes, bem como o acesso à área da utilização, construções e equipamentos associados.

7º As despesas com vistorias extraordinárias inerentes à emissão deste título, ou as que resultarem de reclamações justificadas, serão suportadas pelo titular.

8º Este título só poderá ser transmitido mediante autorização da ARH do Tejo, I.P., de acordo com o disposto no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio.

9º Este título pode ser revisto ou revogado nos casos previstos nos artigos 28.º, 29.º e 32.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio.

10º Este título caduca nas condições previstas no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio.

11º Em caso de incumprimento do presente título, o titular fica sujeito às sanções previstas no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio.

12º O titular obriga-se a comunicar à ARH do Tejo, I.P. as datas de início e conclusão dos trabalhos.

13º Os trabalhos deverão estar concluídos no prazo de validade do presente título.

14º O titular ficará responsável por quaisquer danos e eventuais prejuízos causados a terceiros, incluindo os provenientes da perturbação do escoamento das águas e os resultantes da instabilidade da obra, sendo também responsável pela sua segurança.

## 6 - Condições específicas

1º A construção será executada em conformidade com o projecto datado de Novembro de 2008 e segundo as indicações da ARH do Tejo, I.P..

2º Fazem parte integrante do presente título todos os anexos autenticados que o acompanham.





Administração da  
Região Hidrográfica  
do Tejo I.P.

O Presidente

*MA Lacerda*

Manuel Lacerda

*OL*

*OL*



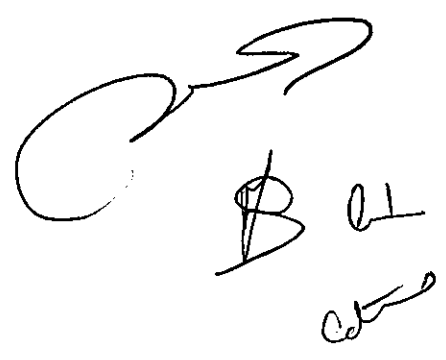
MINISTÉRIO DO AMBIENTE  
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



ACTAS DAS REUNIÕES DA CÂMARA

Declaração

11 de Julho de 2011

Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page. There are three distinct marks: a large, stylized signature, a smaller signature with the letter 'B' prominent, and another set of initials.

A acta representa o registo formal da formação da vontade do órgão descrevendo tudo o que se passou na reunião.

A acta é uma formalidade "*ad probationem*".

Só ela faz fé e através dela se prova a existência do acto e a sua força probatória só pode ser elidida com base na sua falsidade.

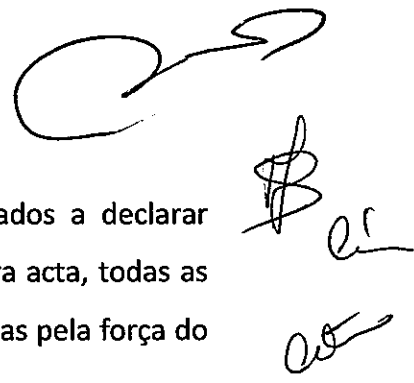
As reuniões da câmara não são nem um encontro de amigos nem um encontro informal entre eleitos locais.

Pelo contrário, são reuniões do órgão executivo camarário onde têm assento os eleitos locais, sendo a acta o registo formal da formação da vontade deste órgão, devendo esta descrever tudo o que se passou na reunião.

E se por qualquer motivo o secretário da reunião não reproduziu com fidelidade o que se passou na reunião, designadamente alguma das intervenções dos vereadores, caberá a estes, no momento da aprovação da acta, introduzir as correcções devidas, por forma a que a acta reflecta com rigor o que se passou na reunião e aquilo que cada um disse ou quis dizer.

Aprovada a acta, a mesma já não pode ser reescrita: «*Quod non est in actiis, non est in mundo*».

Os vereadores do PSD, infelizmente, já foram confrontados com a tentativa da maioria lhes querer impor a aprovação de actas que continham trechos que eram atribuídos aos vereadores do PSD que não reproduziam o que estes disseram e/ou defenderam, razão por que requereram que as reuniões passassem a ser gravadas (ver proposta do PSD - acta de 13/9/2010) e, como mesmo isso não foi suficiente para acautelar as suas posições, porque a força do voto da maioria queria impor-se à própria gravação que,



posteriormente, era apagada, viram-se os vereadores do PSD forçados a declarar expressamente que passariam a apresentar, por escrito ou a ditar para acta, todas as suas intervenções, para evitar que as mesmas pudessem ser adulteradas pela força do voto da maioria (ver declaração na acta de 13/12/2010).

Agora o que os vereadores do PSD não estavam à espera é que a senhora presidente da Câmara e o senhor vereador Carlos Arês tivessem a pretensão de querer reescrever actas já aprovadas, como aconteceu na última reunião (?!?!....).

Como é um facto notório, basta ler todas as actas posteriores a 28/6/2010, dia em que a senhora presidente aceitou, finalmente, que as propostas entregues pelo vereadores do PSD passassem a constar da ordem de trabalhos da reunião da câmara seguinte à sua entrega, para constatar que, das actas da reuniões em que as propostas dos vereadores eleitos pelo PSD são entregues, fica a constar apenas que a proposta deu entrada.

E foi isso precisamente o que sucedeu relativamente à nossa proposta sobre a RPP Solar, vide acta de 4/4/2011 - fls 7: «(O vereador Santana Maia) *Apresentou outra proposta dos Vereadores do PSD, sobre a RPP Solar, que por ser extensa se anexa a presente acta e se dá por transcrita.*»

Ninguém se pronunciou sobre a mesma, até porque não era o momento para alguém se pronunciar: a proposta apenas deu entrada.

Por outro lado, os vereadores eleitos pelo PSD nunca apresentaram na Câmara qualquer proposta em que defendessem a construção do centro de saúde no edifício do Centro de Emprego e desafiamos o senhor vereador Carlos Arês a demonstrá-lo.

A proposta dos vereadores eleitos pelo PSD, apresentada em 2 de Dezembro de 2009 e rejeitada na reunião de 28/6/2010, com os votos contra dos vereadores do PS e do ICA, dizia o seguinte, relativamente à instalação do Centro de Saúde:

*«(a Câmara deveria) promover as condições de instalação e reinstalação de serviços na referida zona, de forma a restaurar o fluxo de público, designadamente diligenciando para que seja construído no centro histórico o novo centro de saúde de Abrantes,*

*devendo o município ceder um edifício com boa acessibilidade para a sua instalação»* (acta de 28/6/10 - fls.11) .

E a declaração de voto do vereador Carlos Arês foi a seguinte:

*«Quanto à instalação do Centro de Saúde está totalmente contra, porque a implantação de edifícios desta natureza não será fácil de enquadrar no Centro Histórico.»* (acta de 28/6/10 - fls.12) .

É verdade que, aquando da nossa reunião com Director Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) do Zêzere, no longínquo dia 20 de Maio de 2009, foram sugeridos três locais para a instalação do Centro de Saúde no centro histórico: o edifício da rodoviária, o edifício da Esta (no caso desta sair dali) e o edifício do Centro de Emprego.

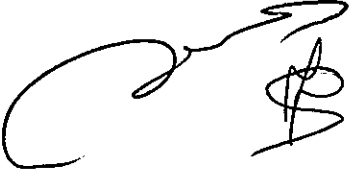
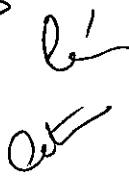
Sendo certo que a instalação do centro de saúde no centro histórico só passou a ser defendida, por nós, em virtude de Director Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) do Zêzere a ter sugerido, nessa reunião de 20/5/2009, garantindo que o ministério era sensível ao financiamento de projectos de adaptação de edifícios, tal como demos a conhecer à população através de comunicado público (ler comunicado em: <http://amar-abrantes.blogs.sapo.pt/67262.html>) e entrevista na rádio.

No entanto, para evitar que se discutisse o local em vez da proposta, nunca mais o PSD voltou a mencionar qualquer local para a sua instalação, nem em comunicados, nem no programa eleitoral, nem em qualquer das suas intervenções nas reuniões da câmara municipal, limitando-se a defender apenas que *«o município devia ceder um edifício com boa acessibilidade para a sua instalação»*.

Finalmente, quanto à declaração do vereador Carlos Arês de considerar desleal o facto de um vereador ouvido em inquérito, sob segredo de justiça, não partilhar essa informação com os restantes vereadores, é, no mínimo, surpreendente.

Ou seja, para o vereador Carlos Arês, o dever ético deve ceder aos interesses pessoais e de grupo.

Não é essa a nossa opinião.

A única forma de guardar um segredo é não divulgá-lo.

E se um processo está em segredo de justiça, qualquer informação sobre o mesmo não deve ser divulgada, a amigos, inimigos ou conhecidos.

Além disso, o vereador Carlos Arês também não é a pessoa mais indicada para tecer considerações sobre lealdade aos vereadores do PSD, quando assistiu, em silêncio, aos sucessivos pedidos de agendamento das nossas propostas, durante sete meses, sem que as mesmas fossem agendadas, apesar de saber que qualquer vereador tem o direito de ver as suas propostas agendadas cinco dias após a sua apresentação.

E, apesar de ter saber que os direitos dos vereadores da oposição não foram minimamente respeitados no ano de 2010, também não foi solidário com os vereadores da oposição tendo votado ao lado da maioria aquando da aprovação do relatório do Direito da Oposição.

Para já não falar na sua falta de solidariedade, perante a recusa do presidente da mesa e da presidente da câmara em conceder ao vereador Santana Maia o direito invocado à defesa da honra para responder ao ataque de que foi vítima em plena Assembleia Municipal de Junho de 2010.

Mas isto só vem demonstrar que os vereadores eleitos pelo PSD estão correctos quando fazem questão que fiquem registadas em acta todas as suas intervenções, designadamente os seus pedidos de esclarecimento, propostas e declarações de voto, rejeitando o informalismo e as reuniões informais tantas vezes defendidos pelo vereador Carlos Arês.

Uma oposição construtiva é uma oposição atenta e que fiscaliza, que quer ser esclarecida quando tem dúvidas, que denuncia as situações irregulares ou ilegais, que apresenta propostas, que manifesta o seu desacordo com soluções que considera lesivas do município ou dos munícipes ou que violam os princípios do Estado de Direito.

A oposição construtiva assenta no compromisso com a defesa objectiva dos interesses do município e dos munícipes e não em qualquer compromisso com os vereadores da

maioria.

E é isso que temos feito.

E é, em obediência ao princípio da transparência, que fazemos questão que fiquem lavradas em acta, para posterior consulta pública, todas as nossas intervenções, por forma a que também fiquem registadas as posições de cada um sobre as questões por nós levantadas.

Os Vereadores



(António Manuel Santana Maia Leonardo)



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)

**PONTO Nº 11 - CONTRATAÇÃO DE TAREFA DE LICENCIADA EM SERVIÇO SOCIAL**

**Declaração de voto (CONTRA)**

**11 de Julho de 2011**

Segundo o parecer subscrito pela senhora vereadora Celeste Simão, «*o procedimento de contratação será o ajuste directo, por critérios materiais, ao abrigo da alínea e) do artigo 242 do CCP, pois, por motivos técnicos e de conhecimento profundo da realidade municipal, só pode ser entregue*» à técnica indicada pela senhora vereadora «*que realizou o estágio profissional na Autarquia, na área de acção social*».

Acontece que, nos termos do nº 1 do art.º 165 do CCP, «*os requisitos mínimos de capacidade técnica, devem ser adequados à natureza das prestações objecto do contrato a celebrar, descrevendo situações, qualidades, características ou outros elementos de facto relativos, designadamente a experiência curricular (alínea a)*».

Ora, a experiência profissional é comprovada pelo *curriculum* profissional, o qual deve ser constituído por provas que atestem a veracidade da experiência, nomeadamente: certificados emitidos pelas entidades onde o profissional desenvolveu a sua actividade e respectivas áreas de actuação; cursos de formação profissional, etc. etc. etc.

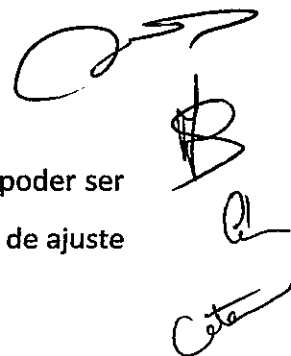
Face às actividades a desenvolver no âmbito do projecto, a experiência profissional reconhecida terá que ser obrigatoriamente ao nível da actuação na Igualdade do Género.

Acontece que, no parecer em causa não se descrevem (ainda que de forma sumária), as tais capacidades técnicas (motivos técnicos), ou seja, não existem provas de facto sobre tais critérios materiais.

Apenas e somente consta que a técnica realizou estágio profissional na Autarquia.

Perante estas condições, seria pertinente analisar o *curriculum* da técnica, bem como o respectivo plano de estágio onde constam as áreas e actividades alvo de aprendizagem.

Sendo certo que este plano nunca pode conferir experiência profissional reconhecida e

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large stylized 'S' and 'L', and the word 'Cota' written vertically.

consolidada que legitime, por motivos técnicos, o critério de material, de só poder ser confiado a esta técnica específica a prestação de serviços objecto de contrato de ajuste directo na modalidade de contrato de avença.

Ora, como toda a gente sabe, um estágio profissional não confere um profundo conhecimento da realidade municipal ou de funcionamento de serviços municipais.

Um Estágio Profissional, nos termos da legislação em vigor e aplicável à matéria, visa complementar uma qualificação preexistente através de formação prática em contexto laboral.

Estes estágios tem por objectivo apoiar a transição entre o sistema de qualificação e o mercado de trabalho, bem como apoiar a melhoria das qualificações de modo a aperfeiçoar as competências dos desempregados.

Neste contexto, é estabelecido com o estagiário um contrato de formação em contexto de trabalho (plano de estágio), onde constam os objectivos a atingir e as acções/actividades a desenvolver em determinadas áreas da competência de actuação do serviço onde o estagiário está inserido e paralelamente inerentes à sua formação académica.

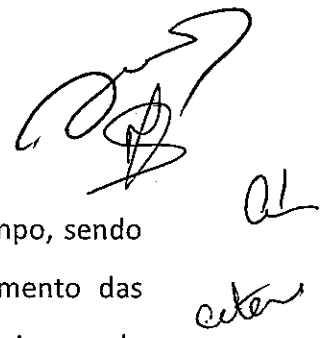
E como o estagiário está em contexto de aprendizagem/formação, tem que ter obrigatoriamente um orientador, a quem compete realizar o acompanhamento técnico e pedagógico do estagiário, supervisionando o seu progresso face aos objectivos indicados no plano individual de estágio.

Como o estagiário não tem relação jurídica de emprego, logo não está integrado em carreira, pelo que não é um técnico superior, mas, sim, um estagiário.

Nessa qualidade, não pode assumir ou serem-lhe atribuídas áreas/pastas de actuação, pelo qual ficará responsável.

**Na nossa opinião, a câmara deveria, em alternativa, optar pelo:**

(a) recrutamento de um técnico, através da mobilidade interna, porque o projecto é de carácter temporal e a mobilidade também é limitada no tempo, sendo certo que este tipo de recrutamento permitiria à autarquia o cumprimento das

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

projecto é de carácter temporal e a mobilidade também é limitada no tempo, sendo certo que este tipo de recrutamento permitiria à autarquia o cumprimento das medidas do *memorando* que defendem o recrutamento pelos mecanismos da mobilidade;

(b) recrutamento, no âmbito da mobilidade de profissionais com cursos tecnológicos de nível 3, em virtude de a actividade a desenvolver ser de apoio e colaboração e não de realização e concretização que exigem um grau de complexidade compatível com licenciatura (esta solução iria permitir a redução de encargos financeiros públicos);

(c) recrutamento de profissional nas área da Intervenção Comunitária, Animação Social e Investigação Social, Sociologia, em detrimento da Animação Cultural e do Serviço Social, por serem mais adequados ao nível de formação, face aos serviços a prestar no âmbito do projecto.

Pelo exposto, considerando que:

(I) não existe no presente parecer provas factuais sobre a reconhecida experiência profissional que permita, por critérios materiais de motivos técnicos, que a prestação de serviços só possa ser entregue à técnica indicada, nem foram cumpridos os procedimentos, previamente, previstos nas alíneas a) e b) ambas do nº 1, do art.º 24, do CCP, o que implicaria denuncia às autoridades competentes;

(II) existe a necessidade de uma profunda reformulação do ROSM, bem como do Mapa de Pessoal com a devida adequação de recursos humanos aos serviços, bem como descrição de tarefas/ competências que não violem os conteúdos funcionais legalmente descritos em diplomas diversos;

(III) a grave crise económica obriga à contenção da despesa pública e à necessidade de se optimizarem e rentabilizarem os recursos humanos,

os vereadores eleitos pelo PSD votam contra a presente deliberação.



SANTANA-MAIA LEONARDO  
ANTÓNIO BELÉM COELHO  
VEREADORES

Al  
Cute

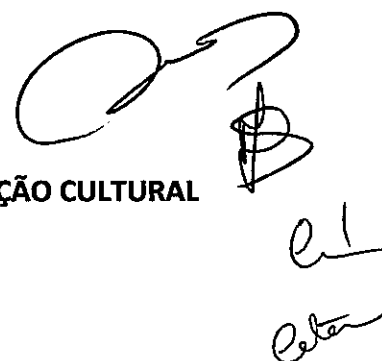
Os Vereadores



(António Manuel Santana Maia Leonardo)



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)



**PONTO Nº 12 - CONTRATAÇÃO DE TAREFA DE LICENCIADA EM ANIMAÇÃO CULTURAL**

**Declaração de voto (CONTRA)**

**11 de Julho de 2011**

Segundo o parecer subscrito pela senhora vereadora Celeste Simão, «*o procedimento de contratação será o ajuste directo, por critérios materiais, ao abrigo da alínea e) do artigo 242 do CCP, pois, por motivos técnicos e de conhecimento profundo da realidade municipal, só pode ser entregue à técnica indicada pela senhora vereadora que realizou o estágio profissional na Autarquia, na área de acção social*».


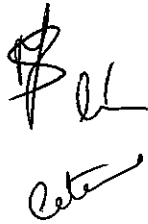
Acontece que, nos termos do nº 1 do art.º 165 do CCP, «*os requisitos mínimos de capacidade técnica, devem ser adequados à natureza das prestações objecto do contrato a celebrar, descrevendo situações, qualidades, características ou outros elementos de facto relativos, designadamente a experiência curricular (alínea a)*».

Ora, a experiência profissional é comprovada pelo *curriculum* profissional, o qual deve ser constituído por provas que atestem a veracidade da experiência, nomeadamente: certificados emitidos pelas entidades onde o profissional desenvolveu a sua actividade e respectivas áreas de actuação; cursos de formação profissional, etc. etc. etc.

Acontece que, no parecer em causa não se descrevem (ainda que de forma sumária), as tais capacidades técnicas (motivos técnicos), ou seja, não existem provas de facto sobre tais critérios materiais.

Relativamente a esta técnica com licenciatura em Animação Cultural, refere o parecer que a mesma realizou estágio profissional na Autarquia, ao nível de animação cultural e de actividades socioeducativas, detendo um conhecimento aprofundado do funcionamento dos serviços com os quais se cruzou ao longo do desenvolvimento das actividades, com as Divisões do Departamento de Intervenção Social.

Ora, de acordo com o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (ROSM) e o Mapa de Pessoal tais actividades são da esfera de competência da Divisão de Cultura e Turismo.

Consequentemente, não se consegue perceber o tipo de cruzamento que a estagiária efectuou com as restantes divisões do Departamento e em particular com os Serviços de Acção Social e Saúde.

Certamente, no seu plano de estágio, devem somente constar actividades inerentes às áreas de competência da Divisão Cultural.

Ora, como toda a gente sabe, um estágio profissional não confere um profundo conhecimento da realidade municipal ou de funcionamento de serviços municipais.

Um Estágio Profissional, nos termos da legislação em vigor e aplicável à matéria, visa complementar uma qualificação preexistente através de formação prática em contexto laboral.

Estes estágios tem por objectivo apoiar a transição entre o sistema de qualificação e o mercado de trabalho, bem como apoiar a melhoria das qualificações de modo a aperfeiçoar as competências dos desempregados.

Neste contexto, é estabelecido com o estagiário um contrato de formação em contexto de trabalho (plano de estágio), onde constam os objectivos a atingir e as acções/actividades a desenvolver em determinadas áreas da competência de actuação do serviço onde o estagiário está inserido e paralelamente inerentes à sua formação académica.

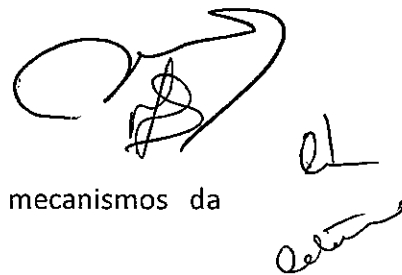
Como o estagiário está em contexto de aprendizagem/formação, tem que ter obrigatoriamente um orientador, a quem compete realizar o acompanhamento técnico e pedagógico do estagiário, supervisionando o seu progresso face aos objectivos indicados no plano individual de estágio.

E como o estagiário não tem relação jurídica de emprego, logo não está integrado em carreira, pelo que não é um técnico superior, mas, sim, um estagiário.

Nessa qualidade, não pode assumir ou serem-lhe atribuídas áreas/pastas de actuação, pelo qual ficará responsável.

**Na nossa opinião, a câmara deveria, em alternativa, optar pelo:**

- (a) recrutamento de um técnico, através da mobilidade interna, porque o



medidas do *memorando* que defendem o recrutamento pelos mecanismos da mobilidade;

(b) recrutamento, no âmbito da mobilidade de profissionais com cursos tecnológicos de nível 3, em virtude de a actividade a desenvolver ser de apoio e colaboração e não de realização e concretização que exigem um grau de complexidade compatível com licenciatura (esta solução iria permitir a redução de encargos financeiros públicos);

(c) recrutamento de profissional nas área da Intervenção Comunitária, Animação Social e Investigação Social, Sociologia, em detrimento da Animação Cultural e do Serviço Social, por serem mais adequados ao nível de formação, face aos serviços a prestar no âmbito do projecto.

Pelo exposto, considerando que:

(I) não existe no presente parecer provas factuais sobre a reconhecida experiência profissional que permita, por critérios materiais de motivos técnicos, que a prestação de serviços só possa ser entregue à técnica indicada, nem foram cumpridos os procedimentos, previamente, previstos nas alíneas a) e b) ambas do nº 1, do art.º 24, do CCP, o que implicaria denuncia às autoridades competentes;

(II) existe a necessidade de uma profunda reformulação do ROSM, bem como do Mapa de Pessoal com a devida adequação de recursos humanos aos serviços, bem como descrição de tarefas/ competências que não violem os conteúdos funcionais legalmente descritos em diplomas diversos;

(III) a grave crise económica obriga à contenção da despesa pública e à necessidade de se optimizarem e rentabilizarem os recursos humanos,

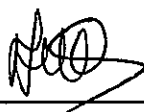
os vereadores eleitos pelo PSD votam contra a presente deliberação.

SANTANA-MAIA LEONARDO  
ANTÓNIO BELÉM COELHO  
VEREADORES

Os Vereadores



(António Manuel Santana Maia Leonardo)



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)

## Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2011/07/11

PROCESSO				REQUERIMENTO				REQUERENTE, RESIDENCIA				DESPACHO, DELIBERAÇÃO			
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data							Número	Tip	Data	
04.01	03000254	2011/01/05				0168820293	MARIA MARQUES ALVES	0168820293	MARIA MARQUES ALVES	0168820293	0168820293	11000491	DEB	2011/06/28	T E O R
						CM00018873	RUA PRINCIPAL, N.º 1155	CM00018873	RUA PRINCIPAL, N.º 1155	CM00018873	CM00018873				
04.01	04001149	2008/05/27	PRORRATIC	10000562	2010/04/08	0503895350	NUNES ALVES E MARTINS, SOC. DE CONSTRUCOES, LDA.	0503895350	NUNES ALVES E MARTINS, SOC. DE CONSTRUCOES, LDA.	0503895350	0503895350	11000501	DEB	2011/06/29	T E O R
						CM00006689	RUA BOMBEIROS VOLUNTARIOS 144	CM00006689	RUA BOMBEIROS VOLUNTARIOS 144	CM00006689	CM00006689				
04.06	07000755	2007/10/12	LICOR	07003138	2007/10/12	0501201645	MARGARIDO & DIAS, LDA	0501201645	MARGARIDO & DIAS, LDA	0501201645	0501201645	11000502	DEB	2011/06/29	T E O R
						CM00000768	AV. DA EUROPA, LOTE 37-B, ESCRITORIO 4	CM00000768	AV. DA EUROPA, LOTE 37-B, ESCRITORIO 4	CM00000768	CM00000768				
04.01	08000082	2008/02/06	LICOR	08000375	2008/02/06	0153031948	ROSA RODRIGUES SAMOIO	0153031948	ROSA RODRIGUES SAMOIO	0153031948	0153031948	11000507	DEB	2011/06/30	T E O R
						CM00011884	RUA DA FONTE DO RIBEIRO N.º 308	CM00011884	RUA DA FONTE DO RIBEIRO N.º 308	CM00011884	CM00011884				
04.01	08000258	2008/05/09	RJE	00000238	2008/07/21	0501334840	CONSTRUPORTE-SOC CONST. EMERITADAS, LDA	0501334840	CONSTRUPORTE-SOC CONST. EMERITADAS, LDA	0501334840	0501334840	11000490	DEB	2011/06/28	T E O R
						CM00000264	VALE DE S. DOMINGOS	CM00000264	VALE DE S. DOMINGOS	CM00000264	CM00000264				
04.01	09000043	2009/02/02	RJE	09000748	2009/04/22	0195836871	JORGE MANUEL PEREIRA LUIS	0195836871	JORGE MANUEL PEREIRA LUIS	0195836871	0195836871	11000505	DEB	2011/06/29	T E O R
						CM00010117	CANTO DAS FROIAS, N.º 5	CM00010117	CANTO DAS FROIAS, N.º 5	CM00010117	CM00010117				
06.01	09000209	2009/05/22	RJE	01000517	2010/04/01	0146441923	NUNO MIGUEL DINIS MONICA DE OLIVEIRA	0146441923	NUNO MIGUEL DINIS MONICA DE OLIVEIRA	0146441923	0146441923	11000514	DEB	2011/07/01	T E O R
						CM00016476	RUA AMANDIO CESAR, 26, 3.º B	CM00016476	RUA AMANDIO CESAR, 26, 3.º B	CM00016476	CM00016476				
06.01	09000244	2009/06/09	LICOR	09001058	2009/06/09	0216303036	DINO MANOEL RODRIGUES CANHA	0216303036	DINO MANOEL RODRIGUES CANHA	0216303036	0216303036	11000513	DEB	2011/07/01	T E O R
						CM00007845	RUA PRINCIPAL N.º 2/4	CM00007845	RUA PRINCIPAL N.º 2/4	CM00007845	CM00007845				
							BARRADA		BARRADA						

\*\*\* processado por computador \*\*\*  
 \*\*\* sistemas informáticos \*\*\*

**Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2011/07/11**

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA			DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tipo	Número	Data	Tipo	Número	Data					Número	Tipo	Data
06.01	09000491	2009/10/14	APROCESP	10000750	2010/05/03	0152580050	JOAO JOSE DE MOURA CUPERTINO CAUDENCIO		alteração moradia bifamiliar Rua Vale de Morenas, n.º266 Chaiça	11000489	DES	2011/06/27
						cm00005921					T E O R	
04.06	10000150	2010/04/13	RUE	10001409	2010/08/10	0501476180	AVILUDO, IND. E COM. PROD. ALIMENTARES, SA		construção edifício industrial LOTEAMENTO QUINTA DO BOM SUCESSO LOTE 3 ALFERARREDE	11000511	DES	2011/06/30
						cm00000736	LOTE 2				T E O R	
05.01	10000176	2010/04/29	LTCOR	10000730	2010/04/29	0105663345	MANUEL FERNANDO ROSA APARICIO E OUTRA		2011/06/30: Admita-se a comunicação prévia.			
						cm00018008	PARQUE DELFIN GUIMARAES N.º 7 - 5.º DTO		ampliação moradia PAUL PAUL	11000493	DES	2011/06/28
											T E O R	
05.01	10000191	2010/05/11	LTCOR	10000800	2010/05/11	0501117849	COMPISOS - CONSTRUÇÕES E URBANIZAÇÕES, LDA		ampliação edifício comercial/ prestação de serviço Largo do Eucalipto	11000509	DES	2011/06/30
						cm00018055	RUA DR. MANUEL ABRIGA, 32 Bl CARNAIXIDE				T E O R	
04.01	10000197	2010/05/14	LTCOR	10000837	2010/05/14	0166073860	ADILIA MARIA DE MATOS LEITÃO VARANDAS		2011/06/27: Aprovado projecto de arquitectura. 2011/06/27: Aprovado projecto em conformidade.	11000516	DES	2011/07/01
						cm00018077	CASAL DOS CASTANHOS				T E O R	
06.01	10000201	2010/05/18	LTCOR	10000856	2010/05/18	0179483692	ALICE MARIA DOS SANTOS JORGE DIAS JOÃO		26.06.2011:Deferido.			
						cm00015050	RUA DA CERÂMICA CARVALHAL		alteração moradia RUA NINO ALVARES PEREIRA	11000494	DES	2011/06/28
											T E O R	
04.03	10000238	2010/06/11	RUE	10001184	2010/07/09	0107839628	AMERICO MARQUES VENTURA		2011/06/22 - No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.			
						cm00018157	RUA DA GRAÇA N.º 3				T E O R	
04.01	10000316	2010/08/03	LTCOR	10001375	2010/08/04	0218032471	PAULO JORGE ABBREU VIEIRA PACHECO		28.06.2011:Aprovado projecto de arquitectura.			
						cm00006494	RUA PRINCIPAL, N.º 485 ABRANÇALHA DE CIMA		legalização muros Rua principal Abrançalha de cima	11000496	DES	2011/06/29
											T E O R	
									2011/06/22 - Deferido			

\*\*\* Processado por computador \*\*\*  
\*\*\* sistemas infoRje \*\*\*

## Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2011/07/11

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tipo	Número	Data	Tipo	Número	Data			Número	Tipo	Data
06.03	10000477	2010/11/16	APROVESP	11000124	2011/01/28	0186452640 MANUEL FILIPE DIAS DE JESUS URBANIZAÇÃO QUINTA DOS TELHEIROS RUA DR. JOÃO MOTA CARVALHO, LOTE 22	alteração bloco de apartamentos Rua D. João IV, nº 6 e 8 Abrantes	11000512	DES	2011/07/01
								T E O R		
06.01	10000487	2010/11/18	RJE	10002188	2010/12/13	0121665925 JOSE DA COSTA LENTE RUA D DINIS Nº2	alteração moradia Rua D. DINIS Nº 2 ALVEGA	11000499	DES	2011/06/29
								T E O R		
	</									

\*\*\* processado por computador \*\*\*  
\*\*\* sistemas informjé \*\*\*